

JANELA PARTIDÁRIA

ANTÔNIO AUGUSTO MAYER DOS SANTOS
Advogado e professor de Direito Eleitoral
aamsadv@gmail.com



A troca de partido político no curso do mandato não pode ser censurada em termos absolutos, tampouco rotulada de injustificável ou oportunista, na medida em que existem relações por vezes inconciliáveis entre filiados e agremiações. Sobre essas últimas, é necessário ter presente que inúmeras delas funcionam como se fossem usinas, mas na geração de intrigas e perfídias. Ante tais circunstâncias, mostra-se razoável o mandatário abandonar uma legenda e ingressar noutra quando o que está em jogo é a sua sobrevivência política. Caberá ao eleitor julgar tal conduta. Outros países democráticos instituíram formatos similares a esse.

Diante de uma lacuna até então existente no ordenamento jurídico, a Lei nº 13.165 concebeu a mudança de legenda no período dos 30 dias que antecedem o prazo legal de filiação. Na prática, essa liberação ocorre a partir do início de março dos

anos eleitorais. Embora a mesma desperte resmungos aqui ou acolá e sirva para reaquecer velhos preconceitos, trata-se de uma exceção legal adequada. É possível afirmar que, na forma como ficou redigida, a possibilidade de migração partidária preservando a representação advinda das urnas materializou

A fidelidade é daquelas situações que não comportam regramentos absolutos

um regramento necessário, uma espécie de salvo-conduto para aqueles que exercem a política com denodo e altivez. Por evidente que malandros também se valem dela.

Ressai destacar, face às armadilhas espalhadas pelo caminho,

conforme advertia Edmund Burke (1729-1797), que a política não se insere entre as ciências exatas. Nela, assim como na História ou na vida, não há um roteiro previamente determinado. Sendo assim, hostilidades, tramas e perseguições pessoais ocorrem ao longo de qualquer legislatura ou partido político, inviabilizando a permanência de um parlamentar numa bancada. Nesses casos, a troca de legenda é a alternativa que se apresenta mais conveniente e sensata para ambos os participantes.

Inequivocamente, a fidelidade partidária é daquelas situações que não comportam regramentos absolutos, tampouco penalidades destituídas de atenuantes. Afinal, a representação popular, seja no parlamento que for, é um eixo importante sobre o qual circulam relações políticas, sociais e jurídicas. Diante disso, o abrandamento de seus contornos legais, através da “janela”, foi a melhor solução.

AS DUAS APOSTAS DEMOCRATAS PARA DERROTAR DONALD TRUMP

ANA REGINA FALKEMBACH SIMÃO
Coordenadora e professora do Curso de Relações Internacionais da ESPM POA
asimao@espm.br



Quem terá musculatura política para derrotar Donald Trump nas eleições de 2020? Essa pergunta movimenta os eleitores norte-americanos que não se identificam com o trumpismo, que para muitos significa ser signatário da antiglobalização, do descrédito da representação política dos regimes democráticos, da defesa do armamento e do desrespeito às minorias.

Com o decepcionante desempenho do milionário Michael Bloomberg, o senador Bernie Sanders e o ex-vice-presidente do governo Barack Obama, Joe Biden, se apresentam com robustez para conquistar os 1.991 delegados e chegar à convenção do Partido Democrata, que ocorrerá em julho, na condição de candidato oponente de Donald Trump. O perfil dos dois políticos é distinto nessa campanha: enquanto Sanders se define como um

“socialista democrático”, Biden se coloca nessa eleição com potencial para resgatar a “alma dessa nação” que, segundo argumento, poderá ser alterada em sua essência, caso Donald Trump se reeleja.

Para os que consideram a agenda social de Sanders muito audaciosa, Biden possivelmente será a aposta preferida

Embora tenha se posicionado como moderado, com condições de unificar o país e afeto à agenda social, Joe Biden ainda não apresentou propostas claras para o seu governo. Mas isso pa-

rece não incomodar o establishment do Partido Democrata. Ao contrário, para os que consideram a agenda social de Sanders muito audaciosa para o modelo norte-americano, Biden possivelmente será a aposta preferida da ala mais moderada do partido em sua tentativa de derrotar o atual presidente.

Por outro lado, as mudanças e inflexões propostas por Sanders e que visam a uma maior justiça social e igualdade econômica – aumentar impostos para os ricos, tornar as universidades públicas, implantar o Medicare for all, aprovar mudanças na lei de imigração – aproxima-o de segmentos da sociedade que podem ser definitivamente decisivos nestas eleições, como os jovens, os negros, os hispânicos, as mulheres e aqueles que, descontentes com o governo Trump, realmente querem mudanças.

QUANDO É MELHOR SER CONSERVADOR

PEDRO DUTRA FONSECA
Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS
pedro.fonseca@ufrgs.br



A desvalorização do real no ano supera os 12%, o que nem os mais pessimistas previam. Contribuem para isso causas externas e internas. As primeiras dizem respeito ao baixo crescimento e às incertezas das economias líderes, com o conflito comercial sino-americano, o Brexit e, agora, o coronavírus. Mas o pano de fundo é o dólar continuar como a divisa internacional por excelência, a reserva de valor em conjunturas adversas. Assim, é a única moeda com a propriedade de se valorizar nas crises. Isso explica por que o real se deprecia, mas não a magnitude nem sua volatilidade: a desvalorização no ano só perde na América Latina para a Venezuela. Supera até o peso argentino, mesmo com a volta do peronismo temido pelo mercado.

O cotejo com outros países remete aos fatores locais: o fraco desempenho do setor externo, o baixo crescimento e a política. Só, nenhum deles assusta, mas os três juntos se realimentam. O déficit em transações correntes foi de US\$ 11,8 bilhões em janeiro e tende a fechar o trimestre como o maior em cinco anos. As exportações não reagem, mesmo com a desvalorização cambial. Isso complica a tese de que a competitividade da indústria se resolve com câmbio. O déficit poderia ser coberto com entrada de capitais externos por duas alternativas: investimentos diretos (para produzir) ou na conta financeira.

Mas esta perdeu o atrativo com os juros baixos. E os primeiros, cerca de US\$ 5 bilhões, não cobrem nem a metade da defasagem.

O baixo crescimento torna-se causa e consequência: produzir para quem? Além disso, como o ministro Guedes presenciou em Davos, a imagem do Brasil é arranhada pelo radicalismo político, que ninguém sabe aonde chegará. E pela política externa, chegando ao ponto de, irritado, pedir a cabeça do colega responsável pela área. Ele cumpre o dever de passar tranquilidade, acena para as reformas, mas sabe que o nó é mais complicado. Dado a arroubos verbais, mais um – brincadeira? – foi sugerir aproveitar o dólar caro para substituir importações. O empresário, ao investir, olha para o câmbio de longo prazo, flutuações abruptas só atrapalham. Ele mesmo há pouco sinalizou o contrário, ao abrir as compras do governo a empresas do Exterior. Meu conselho é ser conservador e não querer estancar a alta vendendo reservas, pois é o trunfo que nos resta.

Pedro Dutra Fonseca escreve às quintas-feiras, a cada 15 dias.
Amãnhã: **Igor Oliveira**, consultor empresarial.

O dólar continua como a divisa internacional por excelência, a reserva de valor em conjunturas adversas